



EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA
DE SANTO ANTONIO DA PLATINA, ESTADO DO PARANÁ.

ALINE RIBEIRO GONÇALVES DE LIMA –ME, empresa individual inscrita no CNPJ sob nº 07.621.138/0001-57, COM SEDE NA RUA Rio Branco n 67-A, Vila J. Mascaro – CEP 86.430-000, município e Comarca de Santo Antonio da Platina (PR), pelos advogados regularmente constituídos na forma da procuração anexa, todos com endereço profissional na Rua 09 de Julho nº 582, 5º andar – salas 51/53, na cidade de Ourinhos, estado de São Paulo, apresenta **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** com fundamento nos artigos 47 e seguintes e art. 70 e seguintes da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, apresentando as suas razões.

DA EMPRESA IMPETRANTE

A Impetrante é empresa individual e que atua na condição de microempresa – ME. Foi constituída em 03 de outubro de 2005, sob a forma de firma individual e teve a sua declaração registrada sob nº 41105898761 (NIRE) na JUCEPAR, por ato de 03 de outubro de 2.005.

O objeto social da presente empresa sofreu as seguintes alterações:

1ª alteração datada de 20 de abril de 2007, registrada na JUCEPAR sob nº 20071471464, por ato de 27 de abril de 2007;

A Impetrante é enquadrada como Micro Empresa na forma da lei.





A Impetrante tem como atividade econômica principal o ramo de tecelagem de fios e fibras artificiais e sintéticas (13-23-5-00); comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança (46-42-7-01) e comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho (46-41-9-02) conforme comprovam as cópias das declarações de firma individual/requerimento de empresário e de suas alterações e cópia do cadastro nacional de pessoa jurídica, documentos juntados para demonstrar a regularidade da constituição da empresa Impetrante.

DO CAPITAL SOCIAL.

A Impetrante iniciou as suas atividades em 03 de outubro de 2005 (data do registro na JUCEPAR) com o capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja situação persiste até esta data.

DAS CAUSAS GERADORAS DA CRISE FINANCEIRA DA IMPETRANTE.

A Impetrante tem como atividade econômica principal o ramo de tecelagem de fios e fibras artificiais e sintéticas (13-23-5-00); comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança (46-42-7-01) e comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho (46-41-9-02).

É possível dizer que a indústria têxtil brasileira, principal ramo de atividade da Impetrante, está em meio a uma das crises mais decisivas por que já passou o setor. Estatísticas da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) apontam que a produção têxtil teve queda de 15% em 2011 e 2012, enquanto o segmento de vestuário viu o faturamento cair 3,5%, fechando o ano com déficit total de US\$ 4,7 bilhões.

O saldo de empregos também ficou negativo em 20 mil vagas. Já a importação de vestuário cresceu 40%, o que ajudou a abalar ainda mais as estruturas da cadeia produtiva nacional. Entre os principais entraves estão velhas queixas, como a alta carga de impostos, tributos trabalhistas, burocracia e, principalmente, a concorrência com produtos vindos da China.

A preocupação com o aumento das importações é tanta que, em janeiro, a Abit lançou, em parceria com o SinditêxtilSP, o Importômetro, relógio que mostra em tempo real quantos empregos são perdidos a cada centavo de dólar investido na importação de têxteis e confeccionados. Estima-se que a cada segundo sejam



importados US\$ 214,00 em produtos têxteis e que um emprego deixe de ser gerado a cada minuto.

(dados extraídos de http://www.texbrasil.com.br/texbrasil/clipping_tex/empreendedor.pdf).

Por outro lado, o comércio atacadista de artigos de vestuários e de cama e mesa está às voltas com enormes dificuldades geradas pelo elevado índice de inadimplência, o que prejudica o capital de giro das empresas, levando-as a buscar empréstimos bancários e o financiamento da atividade junto a fornecedores, que quase sempre praticam juros impagáveis por qualquer atividade produtiva lícita deste País.

A crise no setor têxtil causada pelas fortes importações de produtos asiáticos; a forte inadimplência do setor atacadista de artigos de estuários e de cama e mesa; os altos juros praticados pelo mercado financeiro e por fornecedores trouxeram a crise financeira para dentro da empresa Impetrante, que desde o início de 2012 está às voltas com títulos encaminhados para protesto e cobranças judiciais, o que torna imperativo a busca pelo socorro através do remédio da recuperação judicial, sob pena de sucumbir.

DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Impetrante é uma empresa viável e que goza de credibilidade junto a seus clientes e funcionários. Deste modo, a Impetrante, para que lhe seja permitido readequar as atividades sociais e o giro do negócio, se lança ao desafio de valer-se de um favor legal representado pelo ajuizamento da presente recuperação judicial acreditando que este instituto jurídico, fundado na ética da solidariedade, possa ajudar a sanear a crise econômico-financeira pela qual vem atravessando.

Essa busca do remédio judicial da recuperação tem a finalidade de preservar os negócios sociais, estimular a atividade empresarial, garantir a continuidade do emprego e fomentar o trabalho, sempre respeitando a dignidade da pessoa humana.

De outra parte, a recuperação judicial impetrada busca assegurar a satisfação, ainda que em diferentes condições, dos direitos e interesses de seus credores.

REQUISITOS PARA O REQUERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

3/7





O art. 48 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, estabelece os requisitos necessários para que possa ser processado o pedido de recuperação judicial. São eles:

1) - Exercer regularmente a atividade há mais de 02 (dois) anos.

A impetrante comprova a condição juntando a cópia da declaração de firma individual/requerimento de empresário datado de 03 de outubro de 2005, registrado na JUCEPAR na mesma data. Também junta a certidão simplificada expedida pela JUCEPAR e comprovante de Inscrição e de situação cadastral expedida pela Receita Federal, que atestam o início das atividades em 03/10/2005, portanto, há mais de 07 anos.

2) – Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo.

A Impetrante junta a certidão negativa referente a ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, ausência e insolvência civil dos últimos 20 (vinte) anos, expedida pelo Cartório do distribuidor e Anexos de Santo Antonio da Platina (PR), em 04 de abril de 2013. Junta, também, declaração firmada pela Impetrante, atestando a inexistência de feitos da espécie.

DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ART. 51 DA LEI Nº 11.101/2005.

Além dos documentos que comprovam a legitimidade da Impetrante para a realização do pedido de Recuperação Judicial, o art. 51 da Lei nº 11.101/2005, prevê que o requerimento deva ser instruído com os seguintes documentos.

- Das Demonstrações contábeis.

Atendendo ao que dispõe o inciso II do artigo 51 da Lei 11.101/05, segue em anexo as demonstrações contábeis da empresa Impetrante.



- Da Relação Nominal dos Credores.

Em atendimento ao que contém o inciso III do art. 51 da Lei nº 11.101/05, junta a relação nominal dos credores, devidamente classificados.

O total das dívidas abarcadas pelo pedido de Recuperação Judicial importa em R\$ 482.080,80 (Quatrocentos e Oitenta e Dois Mil e Oitenta Reais e Oitenta Centavos).

- Da Relação Nominal dos Empregados.

A Requerente Junta a relação nominal de seus 14 (quatorze) empregados, atenta ao que está determinado no inciso IV do artigo 51 3 Lei 11.101/05. Junta, também, o Certificado de Regularidade do FGTS. Junta também a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

- Da Certidão de Regularidade no Registro Público de Empresas.

A impetrante comprova a condição prevista no inciso V do art. 51 da multi citada Lei 11.101/05 juntando a cópia da declaração de firma individual/requerimento de empresário datado de 03 de outubro de 2005, registrado na JUCEPAR na mesma data e suas alterações posteriores. Também junta a certidão simplificada expedida pela JUCEPAR e comprovante de Inscrição e de situação cadastral expedida pela Receita Federal, que atestam a regularidade da Impetrante.

Nomeação dos atuais Administradores: Na qualidade de firma individual, a Impetrante tem como único administrador a pessoa física de **ALINE RIBEIRO GONÇALVES DE LIMA**– CPF n.º 058.440.189-23

- Da Relação de Bens da Impetrante

Para atendimento da norma contida no inciso VI do artigo 51 da Lei 11.101/05, apresenta a relação dos bens do empresário individual na forma em que foi apresentada ao Fisco Federal – Declaração de Imposto de Renda – Pessoa Física – Exercício 2012 – Ano Calendário 2011.

- Dos Extratos das Contas Correntes da Requerente.



Em atendimento ao contido no inciso VII do artigo 51 da Lei 11.101/05, anexa os extratos bancários das contas correntes existentes em nome da impetrante e sua administradora.

- Da Certidão do Cartório de Protestos

Integra este pedido as certidões expedidas pelo cartório de protestos desta Comarca, onde a requerente esta estabelecida, em atendimento a exigência contida no inciso VIII do artigo 51 da Lei 11.101/05.

- Das Ações Judiciais contra a Impetrante.

Em atenção ao disposto no inciso IX do artigo 51 da Lei 11.101/05, consigna que já existem ações judiciais em curso contra a Impetrante, em andamento pelo foro da Comarca de Santo Antonio da Platina (PR), conforme se vê pelas certidões juntadas.

DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Impetrante é micro empresa e como tal está regularmente registrada nos órgãos competentes. Sendo micro empresa, se valerá do plano especial previsto no artigo 71 daquela lei para a implementação da recuperação judicial e do soerguimento da empresa, **valendo esta como declaração de intenção de utilização do plano especial de recuperação, na forma do artigo 70, §1º da multicitada Lei n.º 11.101/2005.**

DO PEDIDO.

Em decorrência das razões articuladas nesta inicial, pede:

pelo recebimento e regular processamento do **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** com fundamento nos artigos 47 e seguintes e artigos 70 e seguintes da Lei 11.101/05 e **para que seja determinado seu processamento, nos moldes do artigo 52 daquela lei, COM A UTILIZAÇÃO DO PLANO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 70, §1º DA MULTICITADA LEI N.º 11.101/2005, EM FACE DA SUA CONDIÇÃO DE MICRO EMPRESA.**





Pela intimação do Ministério Público para que manifeste se tem interesse na causa, nos termos do art. 81 do CPC.

Que as intimações/notificações sejam endereçadas ao **DR. PEDRO VINHA – OAB-PR 17.377**, sob pena de nulidade.

VALOR DA CAUSA.

Dá a causa o valor de R\$ 50.000,00.

Termos em que

Pede deferimento.

Santo Antonio da Platina (PR), 08 de abril de 2013.

PEDRO VINHA – ADVOGADO
OAB-17.377-PR

GUILHERME RESS BARBOSA
OAB-30.120-PR

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
OAB-PR nº 44.665

-

ANGELA DE SOUZA MARTINS TEIXEIRA MARINHO
OAB-SP-205.971

